Centro de Estudos Jurídicos
Juiz Ronaldo Cunha Campos

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2024-2026



Junho de 2026

Equipe CEJ

Coordenação: Desembargadora Maria Inês Rodrigues de Souza

Assistente Técnico de Gabinete: Eleusa Carvalho Rocha

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 1

1. ATIVIDADES RECORRENTES 2

1.1 PROGRAMA REFLEXÃO E DEBATES 2

1.2 OFICINAS DA UNIDADE AVANÇADA DE INOVAÇÃO EM LABORATÓRIO (UAILAB) E DO NÚCLEO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO (NUGIN) 4

1.3 REUNIÕES DO COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE DO TJMG 5

1.4 GRUPO DE TRABALHO NUGEPNAC, NUAP E GEAG 9

2. ATIVIDADES SOB DEMANDA 12

2.1 TREINAMENTO EPROC 2ª INSTÂNCIA 12

2.2 REUNIÕES DO CENTRO DE INTELIGÊNCIA DO TJMG (CIJMG) 13

2.3 REUNIÕES DE CAPACITAÇÃO DAS CÂMARAS 14

3.4.Reuniões do Comitê Técnico do Sistema de Gestão Financeira e Orçamentária (GFO)– Membros do TJMG 14

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS 15





APRESENTAÇÃO

Este relatório reúne informações sobre as atividades desenvolvidas no Centro de Estudos Jurídicos Juiz Ronaldo Cunha Campos (CEJ) no período de julho *de 2024 a junho de 2026*.

Cumprindo sua função institucional, o CEJ concentrou, no seu espaço, ações destinadas ao atendimento de necessidades cotidianas de magistrados, servidores e colaboradores da Segunda Instância, organizando e subsidiando seus estudos, suas práticas jurídicas e legislativas, em busca de atualização, aperfeiçoamento, renovação, padronização e difusão de conhecimento, o que contribui para a excelência da prestação jurisdicional no âmbito do TJMG. Várias atividades ocuparam a rotina de trabalhos no CEJ.

Durante esse período, o CEJ contou com a valiosa participação dos diversos setores do Tribunal, que contribuíram de forma contínua e significativa para a realização das atividades, dentre as quais se destacam as que são descritas neste relatório.

1. ATIVIDADES RECORRENTES

São atividades recorrentes aquelas que têm periodicidade regular ou espaço reservado com prioridade na agenda do CEJ, em razão de sua recorrência.

1.1 PROGRAMA REFLEXÃO E DEBATES

Destaca-se inicialmente o *Programa Reflexões e Debates* que acontece no CEJ desde 2019, visando promover a criação de grupos de estudos para debater assuntos relevantes, com eixo temático criminal e cível, na modalidade presencial e online via YouTube da EJEF.





A mesa de honra composta pelo palestrante Leandro Gambogi; pela desembargadora Maria Inês Rodrigues de Souza; pelo juiz Haroldo Dutra; e pelos desembargadores Saulo Versiani Penna e Luís Carlos Balbino Gambogi..

Em 2025 foram realizados três eventos do Programa Reflexões e Debates

Temas no ano de 2025

- 53º Programa Reflexões e Debates - “Direito Contratual Aplicado: Visão Panorâmica de uma Disciplina Cosmopolita” .
- 54º Programa Reflexões e Debates – “Direito, Tecnologia, Sustentabilidade: Brasil e Itália”.
- 55º Programa Reflexões e Debates - “Tutela judicial do patrimônio cultural” .



“Programa Reflexões e Debates - Tema: Direito, Tecnologia, sustentabilidade: Brasil e Itália“

1.2 OFICINAS DA UNIDADE AVANÇADA DE INOVAÇÃO EM LABORATÓRIO (UAILAB) E DO NÚCLEO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO (NUGIN)

A **UAILab** integra a estrutura da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica (SEGOVE), vinculada à Presidência do Tribunal de Justiça. O Núcleo de Gestão da Inovação (NUGIN) é coordenado pelo servidor Guilherme Chiod. As oficinas do UaiLAB fomentam a cultura de inovação e eficiência no Judiciário mineiro, abordando temas como *design sprint*, linguagem simples, direito visual e automação com RPA. Criado em 2022, o laboratório atua em parceria com a EJEF e outros órgãos, promovendo oficinas presenciais e virtuais para servidores e magistrados, na sala do CEJ.

No período foram realizados 19 encontros híbridos.

Temas de destaque em 2025

- Oficina realizada com a equipe do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF). A iniciativa resulta de um esforço conjunto com o objetivo de incrementar a atuação do GMF, promovendo, assim, uma gestão mais integrada, participativa e orientada para melhores resultados.
- Oficina de trabalho focada em inovação, gestão e melhoria de processos, com a colaboração de equipes para discutir os fluxos de trabalho da Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual.

Tema de destaque em 2026

- Oficina do Projeto Alcance - Linguagem Simples e a Acessibilidade para todos. A iniciativa está voltada para a democratização da comunicação no Judiciário, com foco na acessibilidade. Trata-se de um espaço formativo e prático que busca capacitar magistrados, servidores e colaboradores para tornar a comunicação institucional mais clara, mais inclusiva e mais acessível.

1.3 REUNIÕES DO COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE DO TJMG



O Comitê Estadual de Saúde do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (CES-MG) é um grupo de governança interinstitucional que promove a articulação entre o Poder Judiciário e as instituições do Sistema de Saúde, com o objetivo de aprimorar a análise das demandas relacionadas à judicialização nessa esfera de direito.

O desembargador Alexandre Santiago é coordenador do CES-MG e superintendente de Saúde do TJMG.

Os encontros são híbridos: acontecem na modalidade presencial e on-line com suporte logístico do CEJ. Deles, normalmente participam membros do Ministério Público, Defensoria Pública, OAB e gestores públicos de saúde. São debatidos temas importantes em busca de soluções para problemas do Sistema Único de Saúde no Brasil (SUS) e assuntos afins.

Destaca-se *o Manual de Direito à Saúde – Normatização e Judicialização da Saúde em Minas Gerais*, de cuja elaboração participaram Desembargador Renato Luís Dresch e a advogada Fábia Madureira de Castro Bicalho.



Membros do Comitê Estadual de Saúde do TJMG

No ano de 2025 foram realizadas 08 reuniões do Comitê de Saúde Estadual no CEJ.

Alguns temas abordados

- Seminário da Escola de Saúde Pública de Minas Gerais, com apresentação da Dra. Luciana Souza D'Ávila aos alunos do curso de pós-graduação em saúde pública e a membros de instituições participantes do Comitê.
- Debate acerca dos enunciados que a serem encaminhados para a Jornada do Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde (FONAJUS).

- A Judicialização da saúde na perspectiva de representantes do sistema de justiça do Estado de Minas Gerais, sendo palestrante Dra. Rafaela Gamas Reis Marques.

Em 2026, foram realizados três encontros na modalidade presencial e on-line.

Reunião ocorrida em 06 de março

A reunião foi iniciada com discussão e votação de enunciados do Comitê. Em seguida, abordou-se a "Segunda Semana Nacional da Saúde" e houve apresentação do Projeto Observatório da Judicialização de Saúde.

- Apresentação pela FIOCRUZ – Expositor: Dr. Jânio Gustavo Barbosa.



Membros do Comitê Estadual de Saúde do TJMG e convidados durante reunião

Reunião em 08 de maio

Revisaram-se os enunciados de 79 a 83 e convidaram-se todos os membros do Comitê para a VIII Jornada de Direito da Saúde do FONAJUS.

- Palestrou a advogada Fábia Madureira de Castro Bicalho.

Reunião em 12 de junho

Discutiram-se os temas 1,2,3,4 e 6 do SUS (Sistema Único de Saúde).

Palestraram o Prof. Dr. Denizar Vianna Araújo (Análise Clínica dos Ensaios Clínicos) e Dra. Dominique Bigate Lourenço (ANS).



Membros do Comitê Estadual de Saúde do TJMG e convidados durante reunião

1.4 GRUPO DE TRABALHO NUGEPNAC, NUAP E GEAG

O **NUGEPNAC** e coordenações vinculadas atuam dando suporte aos gabinetes do TJMG e auxiliando-os no alcance de metas institucionais, ao desenvolver atividades formativas para magistrados e servidores. Essa iniciativa visa a melhorar a prática jurisdicional com vistas a uma atuação estratégica, racional e eficiente. O Núcleo participa de interlocuções com tribunais superiores e assessorias jurídicas e difunde precedentes por meio de boletins, informativos, cartilhas e outras publicações.

Os encontros dos grupos de trabalhos acontecem, em geral, semanalmente.

Em 2025, foram realizadas 16 reuniões presenciais e virtuais.



Alguns temas

- Repasse do conteúdo e propostas colhidas das palestras do IV Congresso Internacional de Coletivização e Unidade do Direito – Alessandra Alvarenga Spadinger.
- Treinamento de Gestão de Processos Sobrestados e Rotinas Cartorárias, com a participação de 25 membros.
- Desastres de Brumadinho e Mariana e Processo Estrutural, com participação de 25 pessoas presencialmente e três virtualmente.

Em 2026, foram realizados 18 encontros dos Grupos de Trabalho.



Alguns temas

- Encontro inaugural – Resolução n. 395/2021 do CNJ, que institui a Política de Gestão da Inovação no âmbito do Poder Judiciário;

- Análise Econômica do Processo Civil – Debater e aprofundar a compreensão da Análise Econômica do Direito e refletir sobre o impacto das decisões judiciais sob a ótica de custos, eficiência e comportamento das partes (Aula 1)
- Reunião com grupos de assessores e assistentes de gabinetes com gerentes e escreventes de Cartórios das 1ª, 5ª, 7ª, 11ª e 19ª Câmaras Cíveis com ação integrada com as unidades GEAG, NUAP, CESUPE e CEPROC.



Reunião de Integração de Gabinetes e Cartórios com a 7ª Câmara Cível - Projeto SOMA - 1ª Vice

- Reunião do Grupo de Trabalho com 30 participantes – Setor GEAG/NUGEPNAC. Tema: Análise Econômica e o Princípio da Eficiência - Palestrante: Juiz Ronaldo Souza Borges (tese de doutorado); coordenação: Alessandra Spadinger e Cynthia Rios Resende.

2. ATIVIDADES SOB DEMANDA

Ao longo desse período, o Centro de Estudos Jurídicos Juiz Ronaldo Cunha Campos serviu de espaço para a realização de várias atividades educativas. Foi dado apoio efetivo e personalizado aos trabalhos desenvolvidos nos gabinetes, juntamente com os desembargadores e suas assessorias. O CEJ, com sua estrutura e coordenação, foi espaço para diversos eventos, como reuniões, oficinas e cursos.

Algumas dessas atividades têm perspectiva de continuidade e têm potencial para tornarem-se atividades recorrentes.

2.1 TREINAMENTO EPROC 2ª INSTÂNCIA

Em 2025, foram realizados no CEJ os treinamentos do EPROC para a 2ª Instância, sob a coordenação do CESUPE, com foco na capacitação de servidores, assessores e magistrados.

A capacitação do EPROC foi dividida em **quatro módulos**, específicos para secretarias e gabinetes.

Temas abordados

- Gestão de acervos, sessões de julgamento, minutas, automação de localizadores e procedimentos de secretaria.
- Foco na 2ª Instância – "Boas Práticas em Gestão Processual", visando otimizar a organização de gabinetes e câmaras cíveis/especializadas;
- IA e Inovação - Inclui treinamento em inteligência artificial generativa para facilitadores da 2ª Instância.
- Material de Apoio para consultas no Portal TJMG como tutoriais, além de informações sobre os ciclos de implantação do sistema EPROC.

Em 2025, foram realizados 06 encontros diários consecutivos, sob a coordenação do CESUPE.

2.2 REUNIÕES DO CENTRO DE INTELIGÊNCIA DO TJMG (CIJMG)

Os centros de inteligências foram criados em resposta ao aumento progressivo das taxas de congestionamento de processos em tramitação no Poder Judiciário, influenciadas, em grande parte pelo impacto das demandas repetitivas, que se refletem negativamente nos indicadores de produtividade e celeridade.



Com participação de várias autoridades, as reuniões do CIJMG são restrita e realizadas no espaço do CEJ, na modalidade presencial, sob a gerência e coordenação do Juiz de Direito Ronaldo Borges. Após a identificação das causas dos litígios e suas implicações, as equipes buscam articular políticas de mediação com propostas novas e técnicas para a uniformização de procedimentos.

Em 2025 e 2026, foram realizadas 05 reuniões presenciais restritas.

2.3 REUNIÕES DE CAPACITAÇÃO DAS CÂMARAS

As reuniões realizadas no CEJ para capacitação têm uma função estratégica dentro do funcionamento do Tribunal: atualizar, alinhar, qualificar e aprimorar a atuação dos gabinetes e dos órgãos julgadores de 2ª instância.

Alguns demandantes e temas

- Reunião com o Gabinete da Desembargadora Alice Birchal (4ª CACIV).
- Reunião coordenada pela Desembargadora Yeda Monteiro Athias (6ª CACIV).
- Reunião de Câmara – 1ª CACIV coordenada pelo presidente Des. Idalmo Santos.

Em 2025 e 2026, foram realizadas 07 reuniões.

3.4. Reuniões do Comitê Técnico do Sistema de Gestão Financeira e Orçamentária (GFO)– Membros do TJMG

A contratação e a implantação do GFO fazem parte das iniciativas do Plano Estratégico do TJMG. Participam os setores: DIRFIN, DEPLAG, DIRTEC, EGOVE.

Os principais pontos sobre o GFO e seu comitê são:

- **Governança e Tecnologia** - Foco na atualização de ERP (Enterprise Resource Planning).
- **Gestão de Projetos** - A estruturação envolve um Comitê Técnico para garantir que o sistema atenda às demandas de eficiência e inovação, alinhado com o Planejamento Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação.
- **Monitoramento** - As ações relacionadas a essa área são monitoradas para garantir a melhoria da prestação jurisdicional.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o período abordado neste relatório, a equipe do Centro de Estudos Juiz Ronaldo Cunha Campos envidou esforços para atender a todas as solicitações que lhe foram apresentadas, com presteza e atenção às especificidades de cada atividade. Alinhado ao compromisso da EJEF de formar e desenvolver pessoas que lidam no dia a dia com a missão de fazer Justiça, o CEJ firmou-se como espaço de interação, de aprimoramento técnico e de fomento intelectual para magistrados, servidores e colaboradores, individualmente e em conjunto.

Sob a coordenação da Desembargadora Maria Inês Rodrigues de Souza, o *Programa Reflexões e Debates* teve continuidade e agregaram-se outras atividades permanentes, como as *Oficinas do UaiLAB* e as atividades do *Grupo de Trabalho* liderado pelo NUGEPNAC. Ademais, a regularidade de demandas individuais oriundas de gabinetes e da própria EJEF, com destaque para os treinamentos do Eproc, demonstrou o aproveitamento do espaço e o potencial da equipe para subsidiar a excelência da formação em serviço. Por sua estrutura física e seu quadro de pessoal, o CEJ agrega significativamente iniciativas de diálogo, aprimoramento e inovação.

Retomando a conclusão do relatório anterior (2019-2024), constata-se o aumento das atividades realizadas no CEJ, tendo sido atendida a demanda então formulada por materialidade. Houve melhoria do suporte técnico e operacional, tanto que várias das atividades foram transmitidas em tempo real pelo canal da EJEF no YouTube.

Pelo exposto, pode-se afirmar que, ao longo do tempo, o CEJ vem se tornando um ambiente receptivo, proativo e ainda mais relevante quando se trata de agregar pessoas, com vistas ao compartilhamento de ideias e à melhoria da prestação jurisdicional.


CEJ
Centro de Estudos Jurídicos
Juiz Ronaldo Cunha Campos
EJEF
Escola Judicial
Desembargador Edésio Fernandes
TJMG
Tribunal de Justiça do
Estado de Minas Gerais